

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.

PROJETO DE LEI Nº 5.138, DE 2023.

Altera o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para conceder licença à pessoa indicada pela mãe solo para acompanhá-la quando do nascimento ou da adoção de filho.

Autora: Deputada DENISE PESSÔA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

Busca o presente Projeto de Lei nº 5.138, de 2023, alterar o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a conceder licença de cinco dias consecutivos à pessoa indicada pela mãe solo para acompanhá-la quando do nascimento, adoção ou guarda de filho.

Esse direito será usufruído apenas pela pessoa empregada que for declarada acompanhante da mãe, quando o nome do pai da criança não tiver sido declarado.

Em suas justificações, a autora aduz que, no momento do nascimento da criança, nem sempre está presente a figura do pai, sendo cada vez mais comum a criação do filho por mãe solo. Nessa situação, então, seria fundamental incentivar que a mãe seja apoiada por outra pessoa por ela escolhida, à qual se justifica conceder o direito a um afastamento do trabalho equivalente à licença-paternidade.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, à Comissão de Trabalho e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54,



RICD), em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

No que tange à competência desta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, é nossa posição que a matéria merece prosperar,

Parece-nos razoável que, no momento do nascimento da criança, a mãe, em não estando presente a figura do pai, possa escolher pessoa de sua confiança que possa prestar-lhe o suporte, físico e emocional.

E, conseqüentemente, é também de inteira justiça, que se conceda a essa ou esse acompanhante o direito a um afastamento do trabalho equivalente à licença-paternidade, de forma a não onerá-la em demasia.

Assim, pelo exposto, apresentamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.138, de 2023.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2024.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2024-2902

